

## NOTÍCIAS DA ARQUEOLOGIA

SUZANNE DAVEAU <sup>1</sup>

A partir dos restos materiais que recolhem à superfície do solo ou, de preferência, em escavações metodicamente conduzidas, os arqueólogos vão tentando reconstituir as sociedades do passado e a sua inserção no ambiente local e regional. Trazem assim aos geógrafos informações sobre as formas anteriores dos actuais lugares, e também, achega talvez mais importante, mostram que a presente organização territorial foi precedida por outras, agora desvanecidas, mas aparentemente tão «lógicas», como a que observamos. Trazem-nos portanto uma visão relativista do mundo, que ajuda a perceber que a actual organização social e espacial é apenas uma de entre outras possíveis.

Mas como ter acesso aos resultados e reflexões dos nossos colegas arqueólogos? Todos os grupos científicos, e sobretudo os seus sectores mais inovadores, têm tendência a fecharem-se sobre si próprios, usando um jargão hermético, nem sempre claro até para os próprios. Basta pensar na dificuldade que colegas de outras especialidades teriam, se tentassem entender o que a maioria dos geógrafos vão actualmente fazendo. Temos tão pouco cuidado em divulgar as nossas investigações de modo claro e válido, que a culpa se torna largamente nossa, se tão pouca gente dá importância aos nossos tão estimados resultados. Pelo contrário, os arqueólogos têm conseguido uma muito maior abertura perto do grande público, através de diversos meios de comunicação social.

É verdade que esta abertura apresenta, às vezes, aspectos algo irritantes e superficiais. Mas, deixando de lado certas campanhas polémicas, referentes a assuntos empolados por uma divulgação sensacionalista e falseados pelo enorme peso económico que marca a decisão de construir, ou não, uma grande barragem hidráulica de retenção ou de desviar o traçado de uma auto-estrada, temos de reconhecer que os arqueólogos têm vindo a criar vias eficazes de difusão dos resultados do seu labor, que facilitam muito a sua exacta apreensão.

Vou tentar indicar algumas destas fontes, as que chegaram recentemente ao meu conhecimento mas que, com certeza, são apenas uma pequena amos-

---

<sup>1</sup> Investigadora do Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras (Endereço do CEG no início do volume); e-mail: s.daveau@mail.telepac.pt.

tragem do muito que se vai fazendo nos vários centros de investigação do País.

Lembro, primeiro, a cómoda síntese, de nível universitário, que foi publicada em 1993 na colectânea *O Quaternário em Portugal, Balanço e Perspectivas*, da Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, Edições Colibri, Lisboa. Trata-se da sua segunda parte, dedicada a «O Homem» (p. 133-198) e coordenada por J. C. de Senna-Martinez. Contempla os grandes períodos da Pré-história propriamente dita, fornecendo uma densa apresentação dos factos e uma escolha bibliográfica.

Destinada a mais largo público, de leitura mais leve e atraente, mas de informação no entanto muito segura e tratando de aspectos diversificados da Arqueologia portuguesa, recomenda-se também a leitura de *A Linguagem das Coisas. Ensaio e Crónicas de Arqueologia*, de Luís Raposo e António Carlos Silva, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1996. Reúne mais de uma centena de artigos, primeiro publicados no Suplemento *Cultura* do *Diário de Notícias*. Constitui uma excelente iniciação às actividades dos arqueólogos portugueses, desde as fases mais antigas e quase lendárias das primeiras descobertas, até aos problemas com os quais se defrontam actualmente, no campo tanto dos métodos científicos como da administração de uma ciência que, forçosamente, interfere com a realidade passada e a dinâmica presente do território.

A Arqueologia é obrigada a destruir ou a danificar, pelo menos, os testemunhos do passado que vai estudando; em compensação, tem o dever de os conservar e apresentar nos museus e sob a forma de publicações. Daí só poder funcionar com estruturas e orçamentos algo pesados, em boa parte dependentes do Estado ou de diversas Fundações. Estas estruturas têm de lutar constantemente para se manterem vivas e abertas a um largo público, organizando e promovendo exposições, colóquios e encontros, realizando publicações de estudo e arquivo, mas também de divulgação. Assinala-se como uma realização interessante a recente constituição do *Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia* de Lisboa e do *Grupo Arqueologia Viva*, destinado aos jovens. A finalidade é de facilitar e animar actividades, para tornar a acção do Museu mais eficaz e conhecida. Já se realizou uma excelente viagem ao Egipto Faraónico, sob a direcção do egiptólogo Luís Manuel de Araújo, que permitiu aos participantes tomar um contacto vivo com uma das mais deslumbrantes civilizações do Velho Mundo.

De entre as publicações recentes dos arqueólogos, destacam-se algumas que podem interessar especialmente os geógrafos, desejosos de iniciar-se nas preocupações dos seus colegas. A venerável revista *O Arqueólogo Português* quis, ao mesmo tempo, vencer um deplorável atraso na sua publicação e comemorar o centenário da fundação, em 1893, do *Museu Nacional de Arqueologia* (então chamado *Museu Etnográfico Português*) e, em 1895, da própria revista, publicando dois espessos números, formalmente datados, o número 11/12 de 1993-94 e o 13/15 de 1995-97. O primeiro reúne 20 artigos, de teor sobretudo histórico, que tratam de diversas facetas e de alguns grandes obreiros da actividade arqueológica em Portugal. Colaborei nele, tratando de «Os geógrafos portugueses e a

Arqueologia». Os 19 artigos do segundo volume mantêm em parte a mesma feição de largas sínteses sobre aspectos relevantes da Arqueologia portuguesa e peninsular, mas tratam também de assuntos mais circunscritos, que exemplificam a variedade das técnicas de estudo praticadas.

O número 24 da revista *Arqueologia*, publicada no Porto, sob a direcção de Vítor Oliveira Jorge, é o feliz renascer de uma publicação muito viva, que contribuiu muito, nos anos 80, para divulgar e animar uma ciência que começava então a sua expansão. Aliando artigos de fundo, de preferência sintéticos e acessíveis a não especialistas, e numerosas notícias de actualidade, esta revista tinha-se tornado um precioso instrumento de trabalho. O recente número, datado de 1999, recomenda-se pela variedade dos temas tratados e a preocupação em aliar sempre certa divulgação metodológica aos problemas específicos dos sítios focados. De Susana e Vítor Oliveira Jorge, recomenda-se também a leitura da colectânea de artigos, *Arqueologia. Percursos e Interrogações*, Porto, Adecap, 1998, que apresenta e discute alguns temas relevantes e tão diversos que vão do significado das fortificações do Calcolítico, à possibilidade de se constituir uma pré-história do «género».

Outra revista, muito útil para quem quer informar-se sobre as preocupações metodológicas dos arqueólogos, é a publicação anual *Al-Madan*, do Centro de Arqueologia de Almada. Cada volume comporta uma larga parte temática, constituindo já uma preciosa colecção de 8 números. Entre eles, destacam-se, pelo seu especial interesse para os geógrafos, o número 4 (1995) sobre *A Arqueologia e o impacte ambiental*, o número 5 (1996) sobre *A Arqueologia e as outras ciências*, o número 7 (1998) sobre *A Arqueologia e o mar* e o número 8 (1999) sobre *A Arqueologia portuguesa no século XX* (p. 103-180). De um modo felizmente não repetitivo em relação aos números recentes de *O Arqueólogo Português*, este último traz dados importantes sobre o funcionamento da Arqueologia portuguesa durante o último século. A revista é muito rica também em notícias concretas e claras sobre temas de actualidade.

No termo desta curta apresentação bibliográfica, queria lembrar que se vão realizando, a bom ritmo, importantes teses de doutoramento sobre os grandes temas da Arqueologia portuguesa. A título de exemplo, escolhi a mais recente, de que tenho conhecimento. Ana Margarida Arruda tratou de *Fenícios e Mundo Indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII-VI a. C.)*, com o subtítulo *Em torno às histórias possíveis*. Quis assim assinalar a inevitável e forte carga subjectiva que comporta qualquer tentativa de interpretação e reconstituição espacial de uma antiga organização social, a partir das marcas deixadas no chão.

Por se tratar de um encontro de civilizações que ocorreu nas partes vestibulares dos grandes rios portugueses, este estudo, sério e bem alicerçado, amplo e prudente, traz muito úteis temas de meditação aos geógrafos. A autora mostra que se implantaram, no começo do século VII a. C., duas feitorias fenícias, Abul no fundo do estuário do Sado, Santa Olaia no baixo vale do Mondego, numa altura em que os grandes centros indígenas, Alcácer e Setúbal no Sado,

Conímbriga no Mondego, tinham, havia muito, estabelecido contactos com os fenícios da região do estreito de Gibraltar. E quando as feitorias deixaram de ter actividade, no século V, estas regiões continuaram prósperas. O caso do vale do Tejo parece particular, por não se ter ainda encontrado nele uma verdadeira feitoria mas sim, prósperos sítios indígenas, a dupla da foz, Almaraz (Almada) e Olissipo, e Santarém, na extremidade do então estuário e onde a autora praticou sucessivas campanhas de escavação. Estes sítios foram frequentados muito cedo, a partir do século IX a. C., por populações de origem oriental, que procuravam provavelmente recursos metalíferos. A diversidade das características que estes sítios apresentam, bem como outros, não citados nesta brevíssima apresentação, começa a salientar, saídos da espessa névoa uniformizadora do passado, sucessivas organizações territoriais, ancoradas em palcos naturais pouco diferentes dos que conhecemos hoje e que suportam as regiões nucleares onde se construiu Portugal. Fizeram-se e desfizeram-se estes territórios ao longo de séculos, tecendo tramas geográficas em incessante renovação.